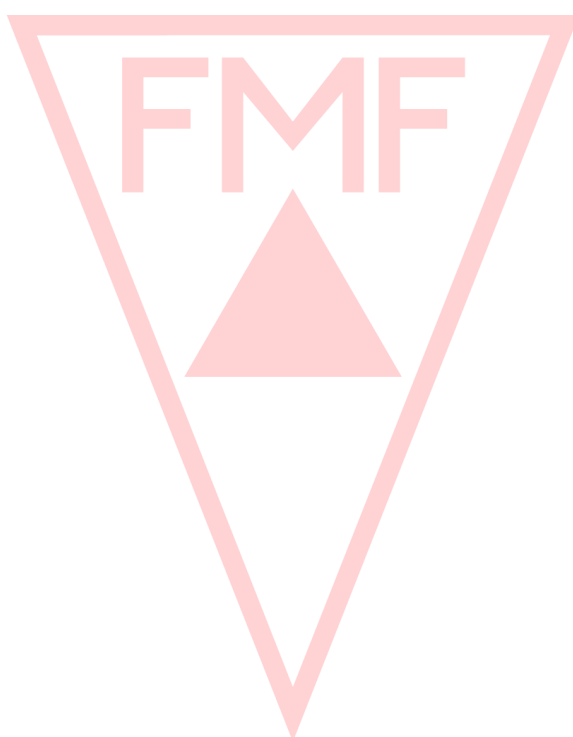




Federação Mineira
de Futebol

REGULAMENTO ESPECÍFICO DA COMPETIÇÃO
CAMPEONATO MINEIRO 2024 – SUB 15/17 – 1ª DIVISÃO



Federação Mineira de Futebol

DIRETORIA DE COMPETIÇÕES



CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 1º - O Campeonato Mineiro 2024 – Sub 15/17 – 1ª Divisão, doravante denominado Campeonato, é regido por este Regulamento Específico da Competição (REC), no qual constam todas as regras próprias ao Campeonato, e pelo Regulamento Geral das Competições (RGC), no qual constam todas as regras comuns a todos os torneios coordenados pela Federação Mineira de Futebol (FMF).

Paragrafo Único - Em caráter subsidiário, o REC se submete também ao Regulamento Geral das Competições da Confederação Brasileira de Futebol (RGC/CBF – 2024), ao Regulamento Nacional de Registros e Transferências de Atletas de Futebol (RNRTAF/CBF) e a todas as outras normativas nacionais pertinentes.

Art. 2º - Participação do Campeonato:

CLUBES
América Futebol Clube
Associação Desportiva Internacional de Minas
Associação Esportiva Uberabinha
Athletic Club
Betim Futebol
Boston City Futebol Clube Eireli
Clube Atlético Mineiro
Coimbra Sports
Cruzeiro Esporte Clube
Esporte Clube Futgol
Esporte Social Uberlândia - ESSUBE
Inter São Gotardo
North Esporte Clube
Tombense Futebol Clube
XV de Novembro Futebol Clube



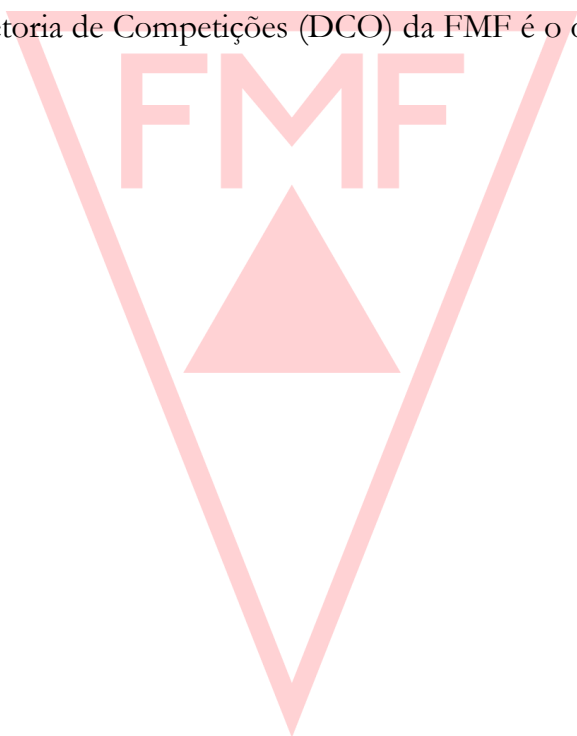
Federação Mineira
de Futebol

Art. 3º - O Campeonato será disputado pelas 15 (quinze) equipes supracitadas, conforme decidido no Conselho Técnico realizado em 19.02.2024, convocado pelo Edital de Convocação nº 002/2024.

Parágrafo único - Considera-se esta data como a de início do Campeonato.

Art. 4º - A FMF, como coordenadora do Campeonato, detém todos os seus direitos, especialmente o de elaborar e dar cumprimento à tabela de jogos e ao REC, além de promover pontuais alterações em prol da competição.

Parágrafo único - A Diretoria de Competições (DCO) da FMF é o órgão gestor técnico do Campeonato.



Federação Mineira de Futebol



CAPÍTULO II - SISTEMA DE DISPUTA

Art. 5º - O Campeonato, que terá início e término de jogos previstos, respectivamente, para os dias 18.05.2024 e 30.11.2024, será disputado em 02 (duas) fases, quais sejam: Fase Classificatória e Octogonal.

§ 1º - As datas de início e término poderão ser alteradas, excepcionalmente, a critério da DCO.

§ 2º - A previsão de término da Fase Classificatória será no dia 28.09.2024.

§ 3º - Não haverá jogos nos dias 01.06.2024, 07.09.2024, 05.10.2024 e 12.10.2024.

§ 4º - Haverá uma folga entre os dias 13.07.2024 e 27.07.2024.

§ 5º - A Fase Octogonal será realizada entre os dias 19.10.2024 e 30.11.2024.

FASE CLASSIFICATÓRIA

Art. 6º - Nesta Fase, as 15 (quinze) equipes se enfrentarão uma única vez (turno), classificando-se para a fase seguinte as 08 (oito) primeiras colocadas com o maior número de pontos ganhos na classificação conjunta, ou seja, somados os pontos obtidos nas duas categorias (Sub 15 e Sub 17).

Art. 7ª – Ao término dessa fase, ocorrendo igualdade em pontos ganhos entre dois ou mais clubes, aplicam-se, sucessivamente, os seguintes critérios técnicos de desempate: a) maior número de vitórias; b) maior saldo de gols; c) maior número de gols pró; d) confronto direto; e) menor número de cartões vermelhos recebidos; f) menor número de cartões amarelos recebidos; g) sorteio público na sede da FMF.

Parágrafo único – O critério “d” se aplica somente à hipótese de empate entre dois clubes.

Art. 8º - Ao final desta fase, a DCO publicará a classificação geral, que será observada para definição dos confrontos na fase seguinte.

OCTOGONAL

Art. 9º - No Octogonal, as 08 (oito) equipes classificadas se enfrentarão uma única vez (turno), com 07 (sete) jogos para cada clube.



Art. 10 - As 04 (quatro) equipes melhores classificadas na 1ª Fase jogarão 04 (quatro) jogos como mandante nesta fase.

Art. 11 – Ao término dessa fase, ocorrendo igualdade em pontos ganhos entre dois ou mais clubes, aplicam-se, sucessivamente, os seguintes critérios técnicos de desempate: a) maior número de vitórias; b) maior saldo de gols; c) maior número de gols pró; d) confronto direto; e) menor número de cartões vermelhos recebidos; f) menor número de cartões amarelos recebidos; g) sorteio público na sede da FMF.

Parágrafo único – O critério “d” se aplica somente à hipótese de empate entre dois clubes.

Art. 12 - Será Campeão Mineiro 2024 – Sub 15 – 1ª Divisão o clube com maior número de pontos ao final da Fase Octogonal.

Art. 13 - Será Campeão Mineiro 2024 – Sub 17 – 1ª Divisão o clube com maior número de pontos ao final da Fase Octogonal.

REBAIXAMENTO

Art. 14 – Terminada a competição, os 03 (três) clubes com menor pontuação serão rebaixados para o Campeonato Mineiro 2025 – Sub 15/17 – 2ª Divisão.

Parágrafo único - Dúvidas ou interpretações sobre classificação e título e descenso serão dirimidas pela DCO.



CAPÍTULO III – CONDIÇÃO DE JOGO DOS ATLETAS

Art. 15 - Somente poderão participar do Campeonato os atletas que tenham sido registrados na FMF (Sistema interno/E-súmula) e que tenham seus nomes publicados, no BID da CBF, até o dia útil imediatamente anterior à realização da partida.

Parágrafo único – Ficam os clubes cientes de que, nos termos do RNRTAF/CBF, a CBF tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o envio de toda documentação ao sistema Gestão Web para a publicação do nome do atleta no BID.

Art. 16 - No decorrer do Campeonato, o atleta que atuar por uma equipe poderá atuar por outra, limitando-se a uma transferência por jogador.

§ 1º - O atleta transferido durante a disputa do campeonato poderá retornar à equipe de origem, não sendo este regresso considerado como transferência.

§ 2º - Em hipótese alguma um atleta jogará por 03 (três) clubes durante o Campeonato.

§ 3º - Atletas que se transferiram de um clube para outro carregarão eventuais infrações e gols havidos durante o Campeonato.

§ 4º - O atleta cujo nome constar da súmula, na qualidade de substituto, que não tenha participado da partida (independentemente de ter sido advertido pelo árbitro com cartão amarelo ou vermelho, tampouco tenha sido punido pela Justiça Desportiva ou, ainda, sorteado para o exame antidoping) poderá atuar por outro clube durante a competição.

§ 5º - Contratos de novos atletas para jogar o Campeonato poderão ser registrados até o dia útil anterior ao início da Fase Octogonal.

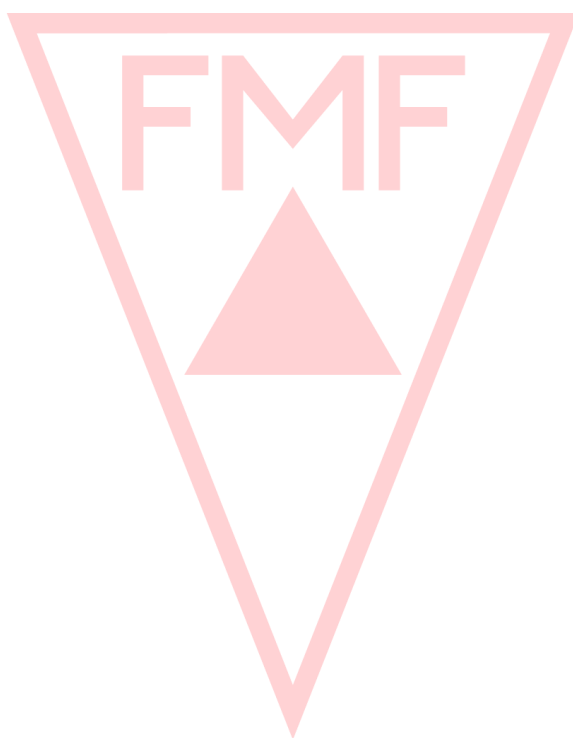
Art. 17 – Não poderão participar do Campeonato Sub15 atletas que completarem 16 (dezesseis) anos em 2024. Deste modo, somente poderão participar os atletas nascidos a partir de 2009.

§ 1º - Da mesma forma, não poderão participar do Campeonato Sub17 atletas que completarem 18 (dezoito) anos em 2024. Deste modo, somente poderão participar os atletas nascidos a partir de 2007.



Federação Mineira
de Futebol

§ 2º - Atletas menores de 14 (quatorze) anos poderão disputar o Campeonato, desde que devidamente registrados na CBF por meio do cadastro de iniciação desportiva e publicado no BID.



Federação Mineira de Futebol



CAPÍTULO IV - ESTÁDIOS E MANDOS DE CAMPO

Art. 18 - Considera-se como local de mando de campo o estádio/campo indicado no Conselho Técnico, a saber:

I - América Futebol Clube: SESC Venda Nova (Belo Horizonte);

II - América Futebol Clube – Teófilo Otoni: Estádio Municipal de Ibirité (Ibirité);

III - Associação Desportiva Internacional de Minas: Est. da Universidade de Itaúna (Itaúna);

IV - Athletic Club: Arena Unimed (São João Del Rei);

V - Betim Futebol: Arena Vera Cruz (Betim);

VI - Boston City Futebol Clube Brasil Eireli: CDT – Centro de Treinamento de Talentos (Manhuaçu);

VII - Clube Atlético Mineiro: Cidade do Galo (Belo Horizonte);

VIII - Coimbra Sports: Estádio Flávio Guimarães (Contagem);

IX - Cruzeiro Esporte Clube: Toca II (Belo Horizonte);

X - Esporte Clube Futgol: Arena Santa Luzia (Contagem);

XI - Inter São Gotardo: Estádio Olavo Bilac (São Gotardo);

XII - Minas Boca Futebol Ltda.: Arena Morro das Pedras (Belo Horizonte);

XIII - Varginha Esporte Clube: Estádio Dilzon Melo (Varginha);

XIV - Esporte Social Uberlândia - ESSUBE: Parque do Sabiá (Uberlândia);

XV - XV de Novembro Futebol Clube: Airton Borges (Uberlândia);

Parágrafo único - Em situações isoladas e justificadas, os clubes poderão indicar estádios/campos diversos para mandar seus jogos, porém, o pedido deverá observar os requisitos deste REC, o estádio indicado esteja apto a receber jogos e a deliberação da DCO.

Art. 19 - Todos os estádios/campos indicados no artigo anterior serão submetidos à vistoria antes de iniciado o Campeonato (e, oportunamente, quando houver necessidade), a fim de que seja verificada, principalmente, a condição do gramado.



§ 1º - Caso seja atestado pela DCO que o gramado não está compatível para o Campeonato, o local será vetado.

§ 2º - Em caso de veto, será facultado ao clube indicar local alternativo em até 48h (quarenta e oito) horas, que também será submetido à vistoria.

§ 3º - Findo o prazo do § 2º sem resposta ou vetado o novo local, o clube delega à DCO a prerrogativa de determinar onde ocorrerá o jogo, podendo, inclusive, inverter o mando de campo.

§ 4º - O estádio poderá ser vetado, ainda, na hipótese de, na súmula, ser registrado algum episódio de violência, distúrbio, falhas graves na estrutura do estádio, falhas na execução dos protocolos sanitários vigentes à época da competição bem como se constar condição ruim do gramado.

§ 5º - Nas hipóteses de veto, o mandante arcará com todas as despesas referentes à mudança forçada do mando.

Art. 20 - Terão o mando de campo os clubes posicionados à esquerda da tabela de jogos.

Parágrafo único: O clube mandante poderá escolher o túnel, o vestiário, bem como o banco de reservas que utilizará, cabendo ao Representante da FMF verificar a conveniência da escolha, desde que respeitadas eventuais questões contratuais.

Art. 21 - Todo e qualquer descumprimento às regras impostas neste capítulo poderá acarretar, a critério da DCO, multa no valor de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo de eventuais processos na Justiça Desportiva pelo descumprimento do REC (arts. 191 e afins do CBJD).

Art. 22 - Os clubes mandantes deverão disponibilizar um local adequado e isolado em seus estádios, a fim de acomodar confortavelmente a equipe de arbitragem antes, no intervalo e após a partida.



CAPÍTULO V - DOS JOGOS

Art. 23 - Os clubes deverão apresentar-se em campo até 05 (cinco) minutos antes da hora marcada para o início da partida, e 02 (dois) minutos para o reinício.

Art. 24 - Os jogos serão preferencialmente disputados aos finais de semana.

§ 1º - Se algum clube estiver, concomitantemente, disputando competição chancelada pela CONMEBOL ou CBF, o calendário de partidas destes torneios poderá ser analisado e avaliado pela DCO para eventual alteração da tabela de jogos da fase classificatória do Campeonato.

§ 2º - Aplicam-se, em caráter subsidiário, todas as regras do RGC/FMF 2024.

Art. 25 - São clássicos os jogos entre América, Atlético e Cruzeiro.

§ 1º - Na Fase Classificatória, cada um dos três clubes exercerá seu mando de campo em um clássico.

§ 2º - Por decisão dos clubes, os jogos poderão ocorrer nos seus respectivos centros de treinamento.

Art. 26 - Todos os jogos da última rodada da Fase Classificatória deverão preferencialmente ser simultâneos.

Parágrafo único - Se algum jogo não tiver disputa por classificação ou título, a partida poderá sofrer alteração de data e horário.

Art. 27 - Os atletas relacionados para a partida serão identificados através da numeração 1 (um) a 23 (vinte e três).

§ 1º - Se o clube pretender usar numeração fixa durante o Campeonato deverá informar à DCO e encaminhar a relação.

§ 2º - Eventual numeração diferente e específica para algum atleta ou algum jogo deverá ser autorizada previamente pela DCO.

Art. 28 - Cada clube poderá realizar a substituição de até 06 (seis) atletas por jogo.

Parágrafo único - Os clubes só poderão paralisar o jogo para efetuar substituições em 03 (três) oportunidades, não contabilizando como uma delas a troca feita no intervalo.



W.O

Art. 29 – Ressalvados casos fortuitos ou de força maior, caso um clube perca 01 (uma) partida por W.O., este será considerado como abandono da competição, sendo a equipe imediatamente excluída, nos termos do RGC.

Parágrafo único - Nesta hipótese, o clube que der causa à não realização da partida, será automaticamente rebaixada para o Campeonato Mineiro 2025 – Sub 15/17 – 2ª Divisão, cabendo à DCO a aplicação imediata da sanção.

ALTERAÇÃO NA TABELA

Art. 30 - A tabela de jogos (datas, horários e locais) poderá ser modificada:

I - de ofício, a qualquer tempo, pelo Presidente da FMF ou pela DCO, desde que fundamentadamente;

II - pela DCO, após solicitação do clube mandante, observado que:

a) o pedido deve ser encaminhado à DCO (dco@fmf.com.br), via ofício, em papel timbrado do clube, observado um prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência em relação à data da programação original da partida. Em solicitações de alteração de horário de partida dentro do mesmo dia, e de estádio, desde que na mesma cidade, o prazo para solicitar será de, pelo menos, 05 (cinco) dias de antecedência em relação à data da programação da partida;

b) o pedido deverá conter a justificativa para a alteração;

c) o pedido deverá conter o comprovante de pagamento da taxa de expediente prevista no Código Tributário da FMF;

d) o pedido deverá ser aprovado pela DCO, que terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fazer nota oficial com a mudança, informar a equipe visitante e alterar a tabela de jogos no site da FMF.

III - pela DCO, após solicitação de autoridades e/ou órgãos públicos (Prefeituras, Polícia Militar, etc).

§ 1º - Os jogos da primeira e da última rodada da Fase Classificatória não poderão sofrer alterações de datas por pedidos dos clubes.



§ 2º - Os pedidos de alteração de tabela solicitados pelos clubes deverão ser realizados em dias úteis, durante o expediente da FMF.

§ 3º - Caso o dia de vencimento do prazo do §2º coincidir com um final de semana, o requerimento deverá ser encaminhado no dia útil anterior ao término da contagem.

§ 4º - A DCO poderá ajustar os dias e os horários da partida, a seu critério, para viabilizar as transmissões dos jogos em períodos diversificados.

Art. 31 - Por força do RGC, as competições da CBF prevalecem sobre as estaduais. Assim, tendo início a Copa do Brasil Sub-20 e o Campeonato Brasileiro Sub-20, fica autorizada a DCO a, dentro do possível, alterar jogos das equipes participantes dos campeonatos nacionais.



CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 32 – Nos termos do art. 93 do RGC, os clubes são responsáveis pelo pagamento das taxas de arbitragem e do quadro móvel durante todo o Campeonato.

§ 1º - Por decisão dos clubes, ficou decidido que as partidas da competição terão quarteto de arbitragem (árbitro, assistentes e 4º árbitro).

§ 2º - De acordo com o §6º do art. 93 do RGC, o pagamento das taxas de arbitragem e quadro móvel da competição será feito de forma agrupada, isto é, de 05 (cinco) em 05 (cinco) rodadas, ou seja, em 03 (três) parcelas, com vencimento em 13.05.2024, 24.06.2024, 19.08.2024.

§ 3º - Os clubes classificados para as fases posteriores serão informados oportunamente pela DCO, acerca da estimativa de seus valores para cada fase, quando será estabelecida a data para pagamento prévio ao início de cada fase.

§ 4º - Os valores das taxas (arbitragem e quadro móvel) serão rateados igualmente entre os clubes, conforme §§ 7º e 8º do art. 93 do RGC.

§ 5º - O não pagamento de qualquer uma das parcelas acima gerará a imediata exclusão do clube do Campeonato, ficando o clube automaticamente rebaixado para a divisão imediatamente inferior da edição seguinte.

§ 6º - Todas as disposições deste artigo foram deliberadas, decididas e publicadas no Conselho Técnico.

Art. 33 - É permitida a venda de ingressos nos jogos do Campeonato, desde que:

I - o jogo ocorra em estádios com os quatro laudos previstos no RGC;

II – haja autorização expressa da DCO, após a verificação de cumprimento, por parte do clube mandante, do Protocolo de Retorno do Público nos Estádios de futebol das competições organizadas pela Federação Mineira de Futebol;

III - o clube mandante envie solicitação à DCO com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência à data do jogo;

IV - a DCO dê a autorização, por escrito, oportunidade em que será enviado para o jogo um fiscal de arrecadação, bem como será confeccionado, na partida, borderô.



CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

SEGURANÇA

Art. 34 - O clube mandante deverá solicitar a presença da Polícia Militar em seus jogos.

§ 1º - Em caso de recusa prévia e formal da presença da Polícia Militar, faculta-se ao clube mandante a contratação de segurança privada ou particular (empresa do ramo) para atuar no campo de jogo e/ou no interior do estádio. Para tanto, a FMF deverá ser comunicada, através da DCO (dco@fmf.com.br), no prazo de 72 (setenta e duas) antes do horário da partida, e autorizar, de forma expressa, a referida contratação.

§ 2º - Qualquer outra situação diversa da exposta no parágrafo anterior deverá ser analisada e dirimida pela DCO.

§ 3º - Se houver registro de algum episódio de insegurança nos jogos do Campeonato, o mandante poderá ser sancionado na forma do art. 83 do RGC.

GANDULAS E MAQUEIRO

Art. 35 - Por decisão dos clubes, ficou estabelecida a obrigatoriedade da presença de, no mínimo, 04 (quatro) gandulas, com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, em todas as partidas da competição, sob pena de não realização da mesma.

Parágrafo único – Cabe à equipe mandante a seleção, apresentação e se for o caso, a remuneração dos gandulas.

Art. 36 – Será obrigatória, também, a presença de maca para o atendimento aos atletas, bem como, no mínimo, 01 (um) maqueiro com idade mínima de 18 (dezoito) anos, sob pena de não realização da mesma.

AMBULÂNCIA

Art. 37 - É obrigação do clube mandante disponibilizar 01 (uma) ambulância, com capacidade para transportar uma pessoa deitada, contendo 01 (um) médico ou 01 (um) enfermeiro ou 01 (um) socorrista (todos devidamente documentados), bem como manter, no local da partida, até o seu final, os seguintes equipamentos: a) maleta de primeiros socorros; b) maca portátil de campanha; c) equipamento adequado a ser utilizado para remover atletas com suspeita de fratura, em casos de gravidade; d) desfibrilador e medicamentos apropriados para atendimento



de atletas perante a ocorrência de situações de mal súbito e para procedimentos de reanimação cardiopulmonar.

Parágrafo único – Todas essas exigências devem ser observadas antes, durante e após a partida, a fim de resguardar a integridade física dos atletas, torcedores e demais presentes, sob pena de paralisação da partida.

Art. 38 - Ausente a ambulância no horário determinado para o início ou durante a realização da partida, o árbitro deverá aguardar até 30 (trinta) minutos para que a ambulância chegue até o local. Ultrapassado este tempo ou informado de que ela não irá, o árbitro poderá aguardar mais 30 (trinta) minutos. Findo o tempo total, dará a partida por encerrada.

Parágrafo único - A DCO, ao ter ciência da súmula e com a comprovação de que o clube mandante foi o responsável pela não realização da partida, declarará o adversário vencedor do jogo pelo placar de 1x0.

MÉDICO

Art. 39 - A comissão técnica do clube mandante deve ser composta por 01 (um) médico, que atenderá também a equipe adversária.

§ 1º - Ausente o médico, serão aplicadas as disposições do artigo anterior.

§ 2º - Esta regra foi decidida pelos clubes no Conselho Técnico.

BOLAS

Art. 40 - As bolas utilizadas serão da marca TOPPER, modelo Campo Samba Oficial.

§1º - É proibido o uso de qualquer outra bola de marca diversa, podendo o árbitro não realizar a partida se este fato ocorrer.

§2º - Todo e qualquer descumprimento às regras impostas neste artigo poderá acarretar, a critério da DCO, multa no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo de eventuais processos na Justiça Desportiva pelo descumprimento do REC (arts. 191 e afins do CBJD).

ACESSO AOS CAMPOS DE JOGOS



Art. 41 - Os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, disponibilizar o acesso das equipes visitantes às dependências do estádio/campo com, no mínimo, uma hora e meia de antecedência ao horário designado para a partida, sob pena de multa e comunicação ao TJD.

CABINE PARA ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS EQUIPES VISITANTES

Art. 42 - Os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, disponibilizar uma cabine (ou, na ausência, um local adequado e isolado) para os profissionais da análise de desempenho da equipe visitante, sob pena de multa e comunicação ao TJD.

CREDENCIAMENTO DE FOTÓGRAFOS

Art. 43 - A presença de fotógrafos nos jogos (exceto os dos clubes) dependerá de credenciamento prévio junto ao clube mandante, sob pena de proibição de acesso.

ACESSO DE CONVIDADOS DAS EQUIPES VISITANTES NAS FASES DE MATA-MATA

Art. 44 - A partir da Fase Quartas de Final, em todos os jogos os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, garantir o acesso de, no mínimo, 100 (cem) convidados das equipes visitantes, além de 02 (dois) convidados de cada uma das demais equipes participantes do campeonato, sob pena de não realização da partida.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Art. 45 - Encerrado o Campeonato, a DCO publicará a classificação final e a homologará.

PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DA DCO

Art. 46 - Toda e qualquer comunicação oficial da FMF, a respeito do Campeonato, será feita pela DCO somente através do e-mail: dco@fmf.com.br.

§ 1º - As notas oficiais, ofícios e outros documentos inerentes ao Campeonato serão disponibilizados e publicados no site da entidade.

§ 2º - Os clubes somente serão comunicados nos e-mails criados pela FMF.

§ 3º - O TJD também se utilizará somente destes e-mails para todas as suas comunicações.



§ 4º - E-mail enviado através de outro endereço (que não seja o institucional) será desconsiderado.

Art. 47 - A DCO expedirá normas e instruções complementares que se fizerem necessárias ao Campeonato através de ofícios enviados aos clubes e/ou disponibilizados no site da FMF.

DIRETRIZES E PUBLICAÇÃO DO REC

Art. 48 - As diretrizes do REC foram aprovadas em reunião realizada no dia 19.02.2024, nos termos do artigo 73 do Estatuto da FMF.

Art. 49 - O REC foi publicado na data de 10.04.2024.

Parágrafo único - A tabela foi publicada no dia 10.04.2024.

TROFÉUS E MEDALHAS

Art. 50 - Ao clube que conquistar o título de campeão será atribuído 01 (um) troféu, além de 50 (cinquenta) medalhas douradas destinadas aos seus atletas, comissão técnica e dirigentes.

Parágrafo único - Para o vice-campeão, 50 (cinquenta) medalhas prateadas.

CAMPEÃO DO INTERIOR

Art. 51 - Concluído o Campeonato, o clube do interior melhor colocado receberá o troféu de Campeão do Interior, obedecendo-se os seguintes critérios:

I - Caso apenas 1 (um) clube do interior se classifique para a fase semifinal ou para a fase final, este será considerado o campeão do interior.

II - Caso 2 (dois) clubes do interior se classifiquem para a fase final, o campeão do Campeonato será considerado, de igual forma, campeão do interior, fazendo jus aos dois troféus.

III - Caso 2 (dois) clubes do interior se classifiquem para a fase semifinal e sejam desclassificados, ou seja, não alcancem a final, disputarão o título de campeão do interior através de 2 (duas) partidas, cada uma em seu respectivo mando (com a equipe melhor colocada na fase classificatória fazendo o segundo jogo em casa). Os valores e a data para pagamento da taxa de arbitragem e quadro móvel referente para as referidas partidas serão decididos oportunamente pela DCO.



a) Na hipótese do item III, será declarado campeão do interior o clube com maior número de pontos ao final das 2 (duas) partidas. Em caso de empate no número de pontos, o clube com melhor saldo de gols, neste confronto, será o campeão. Persistindo o empate, a decisão se dará após cobrança de pênaltis, de acordo com os critérios adotados pela *International Board*.

Parágrafo único - Consideram-se do interior os clubes participantes deste campeonato, exceto América, Atlético e Cruzeiro.

PROTEÇÃO COMERCIAL

Art. 52 - Nos exatos termos do RGC, a autorização para exploração comercial do nome, marca, símbolos e demais propriedades inerentes ao Campeonato é de competência exclusiva da FMF, única titular de tais direitos.

Art. 53 – A FMF detém direito exclusivo da exploração de:(a) publicidade estática e/ou eletrônica localizada nas laterais, no fundo do campo, ao lado das metas ou em qualquer outra área do estádio sujeita a filmagem televisiva; (b) lonas no gramado; (c) tapetes próximos à área do gol; (d) infláveis; (e) publicidade no interior e nos tetos dos bancos de reservas; (f) inserção de marcas nos uniformes e coletes dos árbitros, colaboradores e imprensa; (g) bandeiras de escanteio; (h) inserção de marcas nos equipamentos e nos ambientes utilizados para o VAR; (i) qualquer outro item passível de comercialização, podendo determinar a instalação ou retirada de todo e qualquer material relativo a merchandising nos estádios onde serão disputadas as partidas do Campeonato.

§ 1º - Mediante solicitação formal dos clubes, a FMF poderá, por liberalidade, transferir aos Clubes, parcialmente, a exploração das propriedades indicadas no caput deste artigo.

§ 2º - Compete à FMF aprovar ou rejeitar a realização de ações promocionais, shows, eventos, apresentações, divulgação de campanhas, utilização de faixas e cartazes, e manifestações em geral, previstas para antes, no intervalo ou depois das partidas, exigida sempre a formal solicitação da parte interessada e a prévia e expressa autorização da FMF.

§ 3º - A placa central de campo, nas dimensões 14m (quatorze metros) x 1m (um metro), será destinada à divulgação escolhida pela FMF ou, em caso de acordo comercial, pela empresa patrocinadora detentora dos naming rights do Campeonato.



§4º - Qualquer violação às regras previstas nesse artigo poderá ensejar multa de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao clube responsável por cada descumprimento. Em caso de não identificação, responderá o clube detentor do mando de campo.

TELEVISÃO

Art. 54 - Os clubes autorizam a FMF a comercializar e/ou realizar transmissões televisivas e/ou via internet, ainda que a título gratuito, dos jogos do Campeonato.

§ 1º - Independentemente da modalidade de transmissão, os clubes assumem toda e qualquer responsabilidade inerente aos direitos de imagem de todos os seus atletas.

§ 2º - É vedada a transmissão, por internet ou TV, de qualquer jogo do Campeonato, sem a autorização formal da FMF, sob pena de multa de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao clube mandante vinculado, de alguma forma, ao veículo.

Art. 55 – Em caso de proibição de realização de partida no local indicado pelo clube, devidamente comprovada, pela autoridade municipal, em decorrência de medidas restritivas e de combate à pandemia, ou por outra questão de saúde pública, faculta-se à DCO o direito de designar o jogo para município diverso, sem que seja caracterizada a inversão do mando de campo.

CASOS OMISSOS

Art. 56 - Os casos omissos do REC e do Campeonato serão dirimidos pela DCO.

BELO HORIZONTE, 26 DE MARÇO DE 2024.

LEONARDO BARBOSA
DIRETOR DE COMPETIÇÕES